



AGENDA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE - 2024/maio/22 - (quarta-feira)

ORDEM DO DIA

15:00 Horas

1- Fixação da Ordem do dia, pelo BE, sobre “Vida boa: casa para morar e tempo para viver”

[Projeto de Lei n.º 112/XVI/1.ª \(BE\)](#)

Altera o regime jurídico da exploração dos estabelecimentos de alojamento local (Sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto e segunda alteração à Lei n.º 56/2023 de 6 de outubro)

[Projeto de Lei n.º 113/XVI/1.ª \(BE\)](#)

Controlo de rendas para defender o direito à habitação

[Projeto de Lei n.º 115/XVI/1.ª \(BE\)](#)

Moratória a novos empreendimentos turísticos

[Projeto de Lei n.º 129/XVI/1.ª \(BE\)](#)

Estabelece o direito a 25 dias de férias no setor privado e na administração pública e reconhece ao trabalhador o direito a faltar no dia de aniversário

[Projeto de Lei n.º 130/XVI/1.ª \(BE\)](#)

Garante uma maior conciliação entre a vida familiar e profissional através da criação de uma licença para fruição e cuidado de filhos menores

[Projeto de Resolução n.º 87/XVI/1.ª \(BE\)](#)

Recomenda ao Governo uma política para o banco público que baixe os juros do crédito habitação



[Projeto de Resolução n.º 102/XVI/1.ª \(BE\)](#)

Recomenda ao Governo o alargamento da semana de 4 dias, através um mecanismo de apoio permanente para a transição das empresas privadas e organizações para os 4 dias e da concretização do projeto-piloto no setor público

[Projeto de Lei n.º 86/XVI/1.ª \(PAN\)](#)

Consagra o direito de dispensa ao serviço no dia de aniversário e possibilita o gozo dos feriados obrigatórios em dia distinto aquele em que recaiam, alterando o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas

[Projeto de Lei n.º 131/XVI/1.ª \(PS\)](#)

Aprova o regime jurídico de complemento de alojamento, alargando-o a estudantes deslocados não-bolseiros provenientes de agregados familiares de rendimento anual inferior aos constantes do limite do 6.º escalão de IRS

[Projeto de Lei n.º 133/XVI/1.ª \(IL\)](#)

Revoga o Adicional ao IMI, vulgo, «imposto Mortágua»

[Projeto de Lei n.º 134/XVI/1.ª \(IL\)](#)

Altera o Código de IMI, revogando o coeficiente de qualidade e conforto e torna o coeficiente de vetustez automático

[Projeto de Lei n.º 136/XVI/1.ª \(PAN\)](#)

Assegura mais tempo de descanso e lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado

[Projeto de Lei n.º 139/XVI/1.ª \(PCP\)](#)

Consagra o direito a um mínimo de 25 dias úteis de férias anuais para todos os trabalhadores

[Projeto de Lei n.º 146/XVI/1.ª \(L\)](#)

Altera o Código do Trabalho e legislação relacionada, consagrando o direito ao horário de trabalho de 7 horas diárias e 35 horas semanais e 25 dias úteis como período mínimo de férias; à verificação das condições de trabalho de quem está em teletrabalho, bem como o direito a férias pagas de quem esteja a realizar estágio profissional extracurricular

[Projeto de Resolução n.º 110/XVI/1.ª \(PCP\)](#)

Travar a especulação, garantir e proteger o direito à habitação

**Projeto de Resolução n.º 113/XVI/1.ª (L)**

Recomenda ao Governo que fomente e apoie a implementação voluntária da semana de quatro dias, aproveitando a capacidade instalada com o programa-piloto, e que o aplique na Administração Pública

Tempos	cada
GOV	25 m
PSD	25 m
PS*	25 m
CH	21 m
IL*	9 m
BE * ** ***	25 m
PCP*	7 m
L*	7 m
CDS-PP	5 m
PAN*	1 m
Total	150 m

Notas:

* Os autores das iniciativas dispõem de mais 1 minuto cada [artigo 145.º, n.º 2, alínea d)].

** O autor do agendamento dispõe de um período adicional de 2 minutos para o encerramento [artigo 145.º, n.º 2, alínea e)].

*** No caso de agendamento potestativo, o proponente dispõe do mesmo tempo do maior GP [artigo 145.º, n.º 2, alínea f)].

Intervenção do proponente e dos autores dos arrastamentos. Os pedidos de esclarecimento ocorrem imediatamente após a intervenção que os gera. Tanto estes como as intervenções subsequentes respeitam a ordem de inscrição.

2- Votações